

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELO STACHUK

ANÁLISE DOS CONTROLES INTERNOS DE ESTACIONAMENTO

CURITIBA

2016

MARCELO STACHUK

ANÁLISE DOS CONTROLES INTERNO DE ESTACIONAMENTO

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR, como requisito para a obtenção do título de especialista no Curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios – 2015.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eduardo Scarpin

CURITIBA

2016

À minha amada esposa Dulcinéia, pela compreensão e dedicação, minha filha Isabele, grande motivadora, meus pais e irmãos que sempre me apoiam e ao meu amado sobrinho Gabriel Stachuk (in memoriam) que sempre me inspirou a vencer.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Orientador Dr. Jorge Eduardo Scarpin, pela orientação e, principalmente por todo o conhecimento ao qual adquiri em suas aulas, tão bem ministradas, imprescindíveis para a conclusão do trabalho e meus colegas de turma Gildete e Tarcísio pela contribuição dos conhecimentos.

Ao coordenador do curso de Gestão de Negócios, Professor Mestre, Luís Carlos Souza, pela dedicação e suas excelentes aulas.

Ao Anthony Brasil, chefe da secretária dos cursos de especialização em contabilidade.

E a Deus por me dar força e disposição nesta jornada de conhecimento.

“É preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã”

Renato Russo

RESUMO

O presente trabalho monográfico pretende demonstrar a importância de implantar controles internos visando reduzir as incertezas, e determinar até que ponto aceitar riscos, assim como definir como essa incerteza pode interferir no esforço para gerar valor às partes interessadas. Este estudo visou demonstrar a importância do controle interno para empresa de serviço de estacionamento. O aumento de empresas dentro deste mercado torna-se de grande relevância e o aperfeiçoamento e gerenciamento dos processos de controles internos. Os controles internos são fundamentais para assegurar integridade dos registros, bem como fornecer relatórios contábeis, financeiros e operacionais eficientes para o suporte nas rotinas diárias e para a correta tomada de decisões. Estuda-se a implantação deste sistema garantindo eficácia e eficiência operacional. Dentro de fatos e situações verificadas e das informações obtidas por Diretores e funcionários identificou-se as falhas dos processos atuais, e em seguida a análise da rotina de tais processos dos controles existentes. Entende-se que os controles possam de maneira simples, gerar confiabilidades, minimizando erros, corrigindo pontos falhos, padronização dos procedimentos já realizados internamente e promovendo a importância de sua continuidade agregando valor ao negócio. O valor é maximizado quando a organização estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento e de retorno de investimentos e os riscos a elas associados, e para explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização.

Palavras-chave: Controles internos. Estacionamentos. Riscos.

ABSTRACT

This monographic work aims to demonstrate the importance of deploying internal controls aiming at to reduce uncertainties, and to determine to what extent accept risks, as well as to define how this uncertainty may interfere in an effort to generate value for stakeholders. This study aimed to demonstrate the importance of internal control for parking service company. The increase of companies within this market becomes of great importance and the improvement and management of internal control processes. Internal controls are essential to ensure the integrity of records, as well as providing accounting, financial reporting and efficient operational support in daily routines and for the correct decision-making. Studying the deployment of this system ensuring effectiveness and operational efficiency. In facts and situations verified and the information obtained by directors and employees identified the flaws of the current processes, and then the routine analysis of these processes of existing controls. It is understood that the controls could simply generate confiabilidades, minimizing errors, correcting gaps, standardization of procedures already carried out internally and promoting the importance of adding value to business continuity. The value is maximized when the organization establishes strategies and objectives to achieve the optimal balance between the goals of growth and return of investments and the risks associated to them, and to exploit its resources effectively and efficiently in the pursuit of the goals of the organization.

Keywords: Internal controls. Parking. Scratches.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	PROBLEMA	10
1.2	OBJETIVOS	10
1.2.1	Objetivo Geral	10
1.2.2	Objetivos Específicos	10
1.3	JUSTIFICATIVA	10
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS	12
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
3.1	CONTROLES INTERNOS	14
3.1.1	Objetivo dos Controles	16
3.2	TIPOS DE CONTROLES	17
3.2.1	Controles Contábeis	18
3.2.2	Controles Administrativos	19
3.2.3	Controle Operacional	19
3.3	TIPOS DE CONTROLES	20
3.4	PRINCÍPIOS ÉTICOS E VALORES	21
3.5	RESPONSABILIDADES BÁSICAS	21
3.6	AVALIAÇÃO	22
3.7	QUANTO AOS ESTACIONAMENTOS	23
3.7.1	Decretos sobre Utilização de Estacionamentos	25
3.7.2	Estacionamentos e os Riscos do Mercado	25
3.7.3	Quanto aos Serviços Ofertados pelos Estacionamentos	26
3.7.4	Riscos e Análise Ambiental	28
3.7.5	Riscos de Mercado	29
4	A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS EM ESTACIONAMENTOS	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	35
	ANEXOS	37

1 INTRODUÇÃO

Implantar controles internos nas organizações é um dos desafios de seus administradores para entenderem importância de se ter as informações de acordo com o objetivo traçados o aperfeiçoamento e gerenciamento dos processos de controles internos são fundamentais para assegurar integridade dos registros, bem como fornecer relatórios contábeis, financeiros e operacionais eficientes para o suporte nas rotinas diárias e para a correta tomada de decisões.

O COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) definiu controle interno como “um processo levado a cabo pelo Conselho de Administração, Direção e outros membros da organização com o objetivo de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos seguintes objetivos: Eficácia e eficiência dos recursos; confiabilidades das informações.

Em 1975, foi criado, nos Estados Unidos, a Nacional Commission on Fraudulent Financial Reporting (Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros), uma iniciativa independente, para estudar as causas da ocorrência de fraudes nos relatórios financeiros/contábeis. Esta comissão era composta por representantes das principais associações de classe de profissionais ligados à área financeira. Seu primeiro objeto de estudo foram os controles internos.

Posteriormente a Comissão transformou-se em Comitê, que passou a ser conhecido como COSO. O COSO é uma entidade sem fins lucrativos foi criada em 1985 a fim de assessorar a Comissão Nacional sobre Relatórios financeiros fraudulentos. Trata-se de uma iniciativa privada independente, encarregada de estudar fatores que podem levar à geração de relatórios fraudulentos e elaborar recomendações para empresas abertas, para seus auditores, instituições educacionais, para a SEC e outros reguladores.

As recomendações do COSO são tidas como referência para controles internos. Por controle interno, o COSO entende como sendo todo processo conduzido pela diretoria, conselheiros, ou outros empregados de uma companhia, no intuito de prover uma razoável garantia com relação ao cumprimento das metas de organização. Em 1992, publicou o trabalho Internal Control- Integrated Framework (Controles Internos – Um Modelo Integrado). Esta publicação tornou-se referência mundial para o estudo e aplicação dos controles interno.

O COSO (2007) através do cubo abaixo mostra os objetivos e os componentes com relação aos riscos como demonstra na (figura 1) ;

Cubo de coso – figura 1



Fonte : COSO (2013)

Este assunto passou a ser divulgado em vários meios de comunicação. O controle interno desperto grande interesse dos investidores, pois indica que empresas que dão enfoque em sua gestão, sinalizam existir interesse maior em aplicar os investimentos. Para o CRC-SP/IBRACON “proteger a integridade dos ativos é a função precípua e mais tradicional dos controles internos”.

A inserção desta ferramenta de gestão nas empresas, vem se mostrando eficaz na fiscalização de possíveis erros ou procedimentos fraudulentos que poderiam ocorrer nos processos. Os processos e rotinas devem ser incorporados de forma que existam formulários e procedimentos que controlem a de forma própria. Os colaboradores que estão envolvidos nos desenvolvimento tem que entender que o procedimento proposto tem caráter obrigatório e esta focado com a proteção dos produtos e serviços oferecidos pela empresa. As gestores tem que demonstrar uma grande capacidade de apresentar uma relação de custo e benefício com as rotinas e segurança financeira . Ainda o CRC-SP/IBRACON considera os seguintes fatores mais relevantes; “a adesão do pessoal as políticas centrais: controles alternativos: opção pelo mais simples, de modo que garanta a facilidade e compreensão e dificuldades das normas e rotinas”.

1.1 PROBLEMA

É possível através da implantação de controles internos protegerem os ativos e trazer novos investimentos para uma empresa?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo deste é trabalho mostrar a importância de se ter uma empresa com maior controle e suas vantagens.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é analisar os controles internos de empresa de serviços de estacionamento, buscando minimizar riscos e possíveis fraudes.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral também deverão ser atendidos alguns objetivos específicos, quais sejam:

- Contextualizar a finalidade e os objetivos dos controles internos.
- Verificar os controles internos já implantados na empresa em questão e o custo benefício deste.
- Deixar os controles de forma simples, mas com confiabilidade na execução dos processos.

1.3 JUSTIFICATIVA

O CRC/IBRACON (2000, p. 19) argumenta sobre a importância de controles internos em pequenas, médias empresas, sendo comerciais ou de serviços. O tema em questão é de suma importância para qualquer empresa.

A relevância deste assunto aborda a preocupação das empresas na busca de alternativas estratégicas de darem segurança ao seu funcionamento, buscando níveis de desempenho de controles eficaz, capaz de manter o bom andamento operacional sem que tenha que se preocupar com possíveis fraudes.

Com a redução de vagas de estacionamento nos grandes centros urbanos, empresários passaram a investir capitais neste segmento, que cada vez mais cresceu . Segundo dados da Secretaria Municipal de Finanças (SMF), existem hoje em Curitiba 1.395 estacionamentos comerciais. Em 2014, eles eram 1.306. Em 2011, apenas 975. Apesar de a crise atual ter freado o crescimento do mercado automotivo.

Nas bibliografias de auditoria, controladoria e administração não existem o tema de controle em estacionamento. Essa é a oportunidade de tratar um assunto pouco explorado na literatura e os dados que serão consultados através de bibliografias e monografias, referente ao assunto controle interno.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo refere-se a uma empresa prestadora de serviço, situada no Brasil, e tem como objetivo fazer uma Análise dos controles interna existente.

A natureza deste artigo será descritiva, pois verifica fatos e registra e analisar a pratica de controle. Para Gil (2002, pág. 42) “as pesquisas descritivas são, justamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com atuação prática”.

Sua fundamentação será feita através de trabalhos avançados, publicados por autoridades no assunto. Para Andrade (2007. p. 113) “O resumo de assunto é um tipo de pesquisa que contribui para a ampliação da bagagem cultural do estudante, preparando-o para, futuramente, desenvolver pesquisa mais ampla e trabalhos originais”.

Os controles internos da empresa em questão serão analisados, mesmo a pesquisa tendo caráter descritivo, verificando assim, a relevância da sua aplicabilidade na empresa em questão, estas observações e análises caracteriza o tipo de pesquisa por qualitativo, tendo o caráter exploratório, já que permitem o pesquisador analisar fatos e descobrir as causas de um problema. A contabilidade, apesar de lidar com números é uma ciência social, pois a ação humana que modifica os resultados patrimoniais.

Ainda Gil (2002) cita que uma pesquisa descritiva “geralmente assume forma de levantamento”. Não se encontra estudo específico sobre controles em empresas de estacionamento, porem estudo que se segue não será exploratório, pois as informações são suficientes para à análise.

A rede de estacionamento em questão esta instalada em seis estados sendo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio De Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande Do Norte e tem 99 unidades. Estas unidades são de estacionamentos de Shopping Center, Hospitais, Universidades, Hotéis, condomínios comerciais e residenciais.

Foi marcada uma entrevista com o coordenador de qualidade, da empresa, para verificar os controles e a forma como são feitas atualmente. Percebe-se que o principal foco é implantar o controle na área operacional da empresa, pois este é o alvo de possíveis fraudes referente às receitas recebidas em dinheiro e cartões nos estabelecimentos. A primeira preocupação foi a de procurar um

Software que tivesse segurança e consistência nas informações de entrada e saída de veículos. Foi contratada uma empresa que esta à vários anos no segmento de controles e implantação de sistema de estacionamentos, porem percebe-se, que tem falhas com relação ao controle e possíveis manipulações da pessoa que opera, podendo existir fraude no processo.

Cada gestor das noventa e nove unidades tem um documento oficioso para fazer o controle financeiro, todos esses controles, são baseados nas vivencias e experiências anteriores de cada responsável, não existindo um padrão, definido do que cada responsável faz para salvaguardar o patrimônio da empresa.

Anteriormente a pessoas que era a responsável pela compra e implantação de ferramentas no sistema, pertence ao setor comercial da empresa, tendo pouca preocupação com a forma que o sistema operaria deixado de lado os controles e focando na agilidade de liberação do cliente. Com a entrada do setor de qualidade, ficou contundente a implantação imediata de controles, porem não deixando de lado a agilidade e simplicidade de quem iria fazer esse controle.

Uma das premissas básicas do gestor da área de qualidade que é responsável por implantar controles era o de colocar controles que sejam eficaz e simples para não travar uma operação que já vinha se desenvolvendo a anos e quais os impactos que teria sobre os setores financeiros e operacionais da empresa.

Convencer pessoas que estão a mais tempo na empresa da importância destes controles e saber que são benefícios para salvaguardar o patrimônio da empresa.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os instrumentos de controles para que possa ser analisado é necessário rever os conceitos que são temas deste trabalho como: controles internos em estacionamento. O objetivo deste capítulo é de revisar a importância dos controles em todos os seguimentos empresariais o que inclui o setor de serviço de estacionamentos.

3.1 CONTROLES INTERNOS

Drucker (1991, pág. 513) faz uma indagação “Os controles complicados não funcionam”. Portanto uma auditoria gerencial deve avaliar alguns fatores sobre os controles; como o custo do controle; ser oportunos; simples e operacionais.

Chiavenato (2000) didaticamente cita o conceito de controle interno operacional de forma prática;

Nesse sentido, o controle interno operacional se refere aos aspectos mais específicos, como as tarefas e operações. Sua dimensão de tempo é o curto prazo, pois seu objetivo é imediatista e focado no cotidiano da empresa: avaliar e controlar o desempenho das tarefas e operações a cada momento. É também o subsistema de controle mais voltado para a realidade concreta da empresa: seu dia- a -dia, em termo de tarefas realizadas.

Para o **COSO (The Comitee of Sponsoring Organizations)** é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa. O COSO entende que controles internos todo processo conduzido pela diretoria, conselheiros, ou outros empregados de uma companhia, no intuito de prover uma razoável garantia com relação ao cumprimento das metas de organização. Em 1992, publicou o trabalho Internal Control- Integrated Framework (Controles Internos – Um Modelo Integrado). Esta publicação tornou-se referência mundial para o estudo e aplicação dos controles interno.

Gomes (1999) distingui os controles nas seguintes perspectivas:

“Em primeiro lugar, uma perspectiva limitada do que significa o controle na organização, baseado normalmente em aspectos financeiros, e em segundo lugar, uma perspectiva mais ampla do controle onde se considera também o contexto em que ocorrem as atividades e, em particular, os aspectos ligados a estratégias, estrutura organizacional, comportamento individual, cultura organizacional e ao contexto social e competitivo”.

Percebe-se que os autores reforçam que existem formas limitadas e amplas com relação aos controles. Não se atentando somente as análise financeiras, bem como basear nas atividades exercidas pela corporação.

O fornecimento de informações ágeis e seguras permite que os gestores tenham possibilidades de reduzir custos e gerarem vantagens para os clientes e colaboradores.

Gomes, ainda cita que os mecanismos de controle podem ter alguma diferença na forma de gestão. “Burocráticos (departamento de contabilidade, por exemplo), familiares (com pessoas de tendência centralizadora) Ad-hoc (departamento de pesquisa e desenvolvimento) e por resultados (departamento de vendas)”.

Existem varias definições para controle interno e a sua aplicabilidade nos setores de uma empresa. Os controles internos fazem parte métodos que as empresas direcionam as suas atividades financeiras e operacionais de forma segura, pois são processos criados para manter os objetivos de proteção da empresa referente a fraudes e desvio de receitas.

O COSO (***The Comittee of Sponsoring Organizations***), define alguns conceitos fundamentais sobre controles internos:

- *Conduzido para atingir objetivos* em uma ou mais categorias – operacional divulgação e conformidade;
- *Um processo* que consiste em tarefas e atividades contínuas – um meio para um fim, não um fim em si mesmo;
- *Realizado por pessoas* – não se trata simplesmente de um manual de políticas e procedimentos, sistemas e formulários, mas diz respeito a pessoas e

às ações que elas tomam em cada nível da organização para realizar o controle interno;

- *Capaz de proporcionar segurança razoável* - mas não absoluta, para a estrutura de governança e alta administração de uma entidade;
- *Adaptável à estrutura da entidade* – flexível na aplicação para toda a entidade ou para uma subsidiária, divisão, unidade operacional ou processo de negócio em particular.

3.1.1 Objetivo dos Controles

Podem-se listar quatro objetivos nos sistema de controle nas empresas que ficaram detalhados acima:

- 1) implantar controles simples e operacionais;
- 2) controles que estejam de acordo coma cultura e objetivo da empresa;
- 3) Fazer cumprir as normas internas;
- 4) Deixar as informações mais ágeis para os colaboradores.

O primeiro objetivo mostra a importância de ter controles de fácil entendimento para as pessoas envolvidas no processo para que não sejam feitos de forma mecânica sem que seja compreendido o real objetivo da atividade proposta. Já no segundo objetivo enfatiza a obrigatoriedade de toda a empresa ter objetivos claros de onde quer chegar e estes controles devem, estar alinhados com a cultura organizacional.

O terceiro item cita a importância dos colaboradores em estar envolvidos com os controles propostos.

Para finalizar o quarto item, que esta atrelada as outros, pois neste o colaborador percebe a importância e também o aumento do desempenho no seu dia de trabalho.

Pode-se aqui citar Druker:

“Quanto menor esforço necessitar o controle, melhor será o seu esquema. Quanto menores forem, mais eficazes se mostrarão os controles necessários. Na verdade, acrescentando novos controles não se alcançará um controle melhor. Tudo que se fará será criar confusão. A primeira

pergunta, portanto, quem o administrador deve fazer ao conceber ou utilizar um sistema de controles é Quais são as informações mínimas de que necessito para exercer o controle?”

É possível encontrar diversas definições de controle interno. Esses conceitos poderão variar de acordo com as diferentes áreas de competência organizacional; contábil, financeira, operacional, orçamentária, patrimonial, gerencial, entre outras.

Em suma, os controles internos compõem o plano da organização e todos os métodos e medidas pelas quais uma organização controla suas atividades.

O COSO (***The Comittee of Sponsoring Organizations***) estrutura componentes que deixam os controles internos eficazes para as empresa:

- A organização demonstra ter comprometimento com a integridade e os valores éticos;
- A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno;
- A administração estabelece, com a suspensão da estrutura de governança, as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na buscados objetivos;
- A organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos;
- A organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos;

3.2 TIPOS DE CONTROLES

Para Chiavenato (2000) existem três fatores que podem definir o direcionamento que uma empresa constrói os tipos os seus controles: Estratégico, tático e operacional. Controles estratégicos são controles que são direcionados pela alta cúpula da empresa e controlam o desempenho e o resultado da empresa. Este controle é trabalhado no nível médio da empresa e se refere a departamentos ou controles gerenciais. Com relação aos controles operacionais desempenha por pessoas não administrativas, como tarefas operacionais.

Já Druker (1991) reforça que alguns requisitos devem ser observados com relação aos controles, que devem atender sete etapas: devem ser econômicos; devem ser expressivos; devem ser adequados; devem ser congruentes; devem ser oportunos; devem ser simples; devem ser operacionais.

Para o seminário CRC-SP/IMBRACON, define dois enfoques em controles internos, sendo os administrativos e contábeis.

Em suma o termo controle é amplamente utilizado pela gestão na função de proteger o patrimônio da empresa gerando a eficiência operacional e direcionando a corporação a seguir os seus objetivos, pois proporciona a empresa a gerar indicadores e medir o seu desempenho, corrigindo fatos e dados de um setor que não está agindo de forma eficiente, saindo do direcionamento estratégico da empresa. Para Druker (1999), “Os controles devem ser adequados ao caráter e à natureza dos fenômenos que se medem”.

De acordo com a divisão dos autores, a seguir será apontada a definição dos controles, contábeis, administrativos e operacionais.

3.2.1 Controles Contábeis

Estes controles são utilizados para medir e trazer os dados que a empresa apresenta na intenção de proteger o patrimônio da empresa. Os procedimentos adotados podem ser de forma informatizada ou manual. A seguir a definição de Chiavenato sobre o tema:

“A contabilidade é um sistema de linguagem especializada utilizada para medir as consequências das ações empresariais e transmitir essa informação aos executivos e outros interessados. A informação que entra inicialmente no processo contábil sofre uma série de registros e lançamentos, de acordo com a condição estabelecida no plano de contas da empresa. Mudança e alteração no ativo, no passivo e na renda líquida-como resultado dos negócios da empresa são registrados nas contas de débito e crédito da empresa”. (Chiavenato, 2000,P.347).

3.2.2 Controles Administrativos

O controle administrativo se difere dos contábeis pelos seus objetivos, já que, esta envolvida as metas e planejamentos da empresa como cita Chiavenato, 2000 “O administrador eficaz precisa juntar o controle ao planejamento, organização e direção da ação empresarial para adequar a totalidade do processo administrativo aos resultados que pretende alcançar”.

Estes procedimentos administrativos e contábeis podem estar envolvidos, pois estão inseridos em vários setores da corporação, podendo citar; controles internos de tesouraria; controles internos no setor de contas a pagar e a receber; treinamento e seleção. Almeida (2012, P. 57), cita ainda os seguintes controles internos como administrativos:

- Análises estatísticas de lucratividade por linha de produtos;
- Controle de qualidade;
- Treinamento de pessoal;
- Estudos de tempos e movimentos;
- Análises das variações entre os valores orçados e incorridos;
- Controle dos compromissos assumidos, mas ainda não realizados economicamente.

3.2.3 Controle Operacional

Os controles operacionais devem mostrar a finalidades e passar não somente pela informação, mas pela ação dos gestores que possam mensurar e direcionar esforços imediatos. A **COSO (The Comitee of Sponsoring Organizations)** define assim os controles operacionais;

“Os objetivos operacionais referem-se à eficácia e à eficiência das operações da organização. Compreendem os subjetivos correlatos de operações, com a finalidade de aprimorar a eficácia e a eficiência operacional que impulsionarão a organização na direção de sua meta final. É necessário que os objetivos operacionais reflitam as condições específicas do negócio, da indústria e da economia, nas quais a organização atua. Os objetivos necessitam, por exemplo, ser pertinentes às pressões da concorrência em termos de qualidade, redução do ciclo para

trazer os produtos ao mercado, ou mudanças em tecnologia. A administração deve assegurar-se que os objetivos reflitam a realidade e as exigências do mercado, bem como sejam expressos para que possibilitem uma medição prática de desempenho”. COSO (The Comitee of Sponsoring Organizations).

3.3 TIPOS DE CONTROLES

O sistema de controles interno já bastante explicado nos itens anteriores mostra que o sucesso de uma empresa esta ligado aos controles implantados. Para tanto se torna evidenciado no seminário CRC-SP/ IMBRACON:

‘Quando falamos em todos os processos e rotinas, queremos dizer que devemos considerar não só a rotinas que fazem parte do sistema formulado especificamente para, controlar ativos e as operações, mas também o que pode fazer em termos de incorporar outros processos e rotinas aos esquema de controles mútuos, ou seja, à teia de procedimentos quem se controlam a si mesmo. Então, é preciso que tomemos duas atitudes : (a) quando avaliamos o controle interno de uma empresa , devemos levar em conta os processos informais; e (b) quando nossa tarefa é a de formular a estrutura de controle interno de um cliente , precisamos definir esse tipo de rotinas informais ou subsidiadas , que compõem o sistema “.(Rodil, 2000. P. 17)

O COSO (*The Comitee of Sponsoring Organizations*), cita alguns componentes que devfem ser analisados nos processos de controle como atividades de controle:

- A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos;
- A organização seleciona e desenvolve atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos;
- A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que
- estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em praticas essas politicas.

Assim é possível analisar a importância de todos estarem envolvidos nos controles da empresa e como se torna importante todos seguirem esta rotina que esta envolvida com o objetivo final da empresa que é de cumprir as metas e proteger o patrimônio.

3.4 PRINCÍPIOS ÉTICOS E VALORES

Neste item será explanado sobre a importância básica de princípios que se deve ter e uma empresa, cita-se Chiavenato:

Valores são crenças e atitudes básicas que ajudam a definir o comportamento individual. Os valores variam entre pessoas e empresas. Muitas organizações procuram manter elevados padrões éticos nas suas atividades cotidianas com a introdução de códigos formais de ética, cursos internos sobre ética profissional, desenvolvimento de uma cultura ética e apoio total da alta direção. O código de ética é um documento escrito que estabelece os valores e padrões éticos para servirem de guia para o comportamento dos funcionários. Os códigos de ética costumam identificar os comportamentos esperados em termos de cidadania, boas relações com os clientes, atendimento estreito à legislação vigente, prevenção de atos ilegais e clareza nos negócios. (Chiavenato. 2000. P. 53).

Deve-se verificar o quanto é importante aos conceitos éticos para que uma empresa adote os controles, já que, todos os envolvidos devem estar determinados à fazer o melhor pela empresa. Ajudar na responsabilidade e melhorar o sistema operacional e administrativo e seus controles que direcionam nos objetivos da empresa que são criadas para atender alguma finalidade.

3.5 RESPONSABILIDADES BÁSICAS

Em Almeida (2012, P.58) as atribuições relacionadas aos controles internos contábeis devem ser bem definidas e quais os responsáveis pela a sua execução e descritos por manuais, a seguir as razões para que esses fundamentos sejam seguidos:

- Assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados;

- Detectar erros e irregularidades;
- Apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa;
- Aprovação de aquisição de bens e serviços;
- Execução do processo de aquisição(cotação de preço, seleção do fornecedor e formalização da compra);
- Certificação do recebimento de bens ou prestação dos serviços;
- Habitação do documento fiscal do fornecedor para pagamento(confronto da nota fiscal do fornecedor com contrato , ordem de compra etc.);
- Programação financeira do pagamento;
- Pagamento ao fornecedor;
- Aprovação de venda;
- Programação financeira do recebimento;
- Recebimento de numerário
- Preparo do recibo de depósito;
- Depósito do numerário em banco;
- Controle do registro dos empregados;
- Pagamento aos empregados;
- Controle físico sobre os ativos(dinheiro em caixa, cautela de títulos, estoques etc.);
- Registro contábil das operações da empresa.

3.6 AVALIAÇÃO

Os controles internos tem função de gerar indicadores e essa avaliação requer, análises coerentes com a estrutura da empresa. Os controles devem estar alinhados com os objetivos, sendo compatíveis com as normas estipuladas. Estes controles se tornam necessários para diminuir as incertezas e que as metas de empresas do setor de Estacionamento sejam cumpridas. Ainda as corporações devem estar atenta aos conceito que o COSO (The Comitee of Sponsoring Organizations), cita como a comunicação e atividade de monitoramento através das perguntas a seguir:

- A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno;
- A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno, inclusive os objetivos e responsabilidades pelo controle;
- A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno;
- A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno;
- A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, conforme aplicável.

3.7 QUANTO AOS ESTACIONAMENTOS

Estacionamento é o nome dado à determinada área destinada ao repouso de veículos automotores. Eles podem ser encontrados em Indústrias, hospitais, centros comerciais, centros esportivos, condomínios, centro de eventos e convenções entre outras estruturas que necessitem de acondicionamento de veículo. O ramo de estacionamentos e garagens têm se mostrado uma área tentadora para investimentos, pois com o crescimento da frota de veículos nas cidades, o aumento dos roubos destes e outras ocorrências ligadas à segurança têm aumentado consideravelmente, e em contrapartida os espaços destinados para estacionamento em via pública se mostram cada vez menores e mais escassos.

Segundo o Denatran, em uma década o número de veículos no Brasil cresceu 119% o que equivale a mais de 35 milhões de veículos nas ruas. O infográfico do IBGE referente a frota de veículos que necessitam de atendimentos em estacionamentos é o seguinte; Automóveis - 1.053.481; Motocicletas – 134.514.

Os estacionamentos, em geral, devem ser empresas legalmente constituídas, que façam o correto repasse de impostos através da emissão de Nota Fiscal através do sistema de RPS eletrônico que se descreve assim:

É um documento que deverá ser usado por emitentes da NFS-E, quando por algum motivo não conseguir emitir on-line a Nota Fiscal de serviços Eletrônica – NFS-e. Também poderá ser utilizado pelos prestadores sujeito à emissão de grande quantidade de NFS-e. Nesse caso, o prestador emitirá o RPS para cada transação e providenciará sua conversão em NFS-e, mediante o envio de arquivos (processamento em lotes), conforme artigos 8 e 9 do decreto numero1575/2009.

Os estabelecimentos devem ter seguro do veículo, incluindo os itens deixados no interior, como rege na sumula 130 do STJ (para o Brasil):

SÚMULA 130 DO STJ. DANO MATERIAL. INDENIZAÇÃO REDUZIDA. 1. Se a empresa que fornece estacionamento aos clientes não promove o controle de entrada e saída de veículos, não pode dispensar como insuficiente a alegação do cliente de que ali guardou o veículo, sobretudo quando esta vem acompanhada do comprovante de compras realizadas no estabelecimento. 2. "A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorrido em seu estacionamento" (Súmula 130 do STJ). 3. Não comprovadas às despesas com a reforma do carro furtado, os danos materiais devem corresponder apenas ao valor do bem indicado pelo próprio autor. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido. Encontrado em: Federal Publicado no DJE : 09/12/2014 . Pág.: 379 - 9/12/2014 STJSUM-130.

Para dar continuidade na abertura dos processos legais os Estacionamentos devem estar registrados nos seguintes órgãos:

- Junta comercial;
- Secretaria da Receita Federal (CNPJ);
- Secretaria Estadual de Fazenda;
- Prefeitura Municipal, para obter o alvará de funcionamento;
- Entidade sindical Patronal em que a empresa se enquadra;
- Caixa Econômica Federal, para cadastro no sistema "conectividade Social- INSS/FGTS;
- Corpo de Bombeiros Militar.

O estudo "Estacionamentos: o uso racional dos espaços", desenvolvido pela Associação Comercial do Paraná (ACP), aponta ainda que cerca de 12% dos estabelecimentos opera irregularmente, sem o devido alvará da Prefeitura Municipal.

Mas o próprio sindicato da categoria estima que este percentual possa passar dos 20%.

3.7.1 Decretos sobre Utilização de Estacionamentos

Antes de verificar o local de se montar um estacionamento a empresa deve seguir o cuidado referente as normas municipais de Curitiba desenvolvimento urbano através do decreta Decreto Municipal nº 582, de 14 de dezembro 1990.

3.7.2 Estacionamentos e os Riscos do Mercado

Como foi amplamente citado acima os estacionamentos seguem os fatores da economia ligados aos imóveis, porem com a recente crise que vive o setor, que segundo o IBGE a queda em 2014 foi de 8,2 %. O gerenciamento dos riscos neste momento deve se dar uma atenção maior com relação à setores que andam juntos na aceleração e desaceleração. Para tanto a corporações devem estar alinhados com os acontecimentos com relação ao ambiente geral.

Como cita Chiavenato (2000) “O ambiente geral é constituído de um conjunto amplo e complexo de condições e fatores externos que envolve e influencia difusamente todas as empresas”. O autor ainda cita conjuntos de variáveis que a empresa deve estar atenta:

- Variáveis tecnológicas;
- Variáveis políticas;
- Variáveis econômicas;
- Variável legal;
- Variável social;
- Variável demográfica;
- Variável ecológica.

O COSO (The Comitee of Sponsoring Organizations), descreve variáveis para se atentar com o risco e aos controles internos adotadas:

- A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos.
- A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados.
- A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos.
- A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.

A análise em qual variável a empresa de estacionamento necessita se fortalecer, pode ser feito por pesquisa de mercado, contatos diretos ou indiretos com cliente, com fornecedores, estatísticas colhidas em órgãos oficiais e por leitura em jornais e revistas.

3.7.3. Quanto aos Serviços Ofertados pelos Estacionamentos

Por trabalharem com serviços os estacionamentos oferecem vários produtos que podem ser resumidos da abaixo como:

- Serviços de valet Parking, onde o cliente tem seu veículo manobrado por um profissional;
- Serviço de Self Parking, onde o cliente estaciona o veículo;
- Serviço de Mensalista;
- Serviço de Pernoite de veículo.

Os estacionamentos com os avanços do setor imobiliário teve um grande avanço de faturamento e com a queda deste setor e novos entrantes, o setor passou a ter uma necessidade maior de aceitar esses riscos que podem ser e criar ferramentas para se adequar ao setor:

- Grande número de empresa clandestina no setor;
- Crise no setor automobilístico e imobiliário;
- Falta de profissionais capacitados;

- Novas políticas de incentivos de para se reduzir veículos em grandes centros;
- Aumento dos combustíveis;
- Perca de contratos de grandes parceiros;
- Risco com a imagem da empresa;
- Risco operacional
- Fraudes nas cobranças referentes aos serviços prestados.

O setor de serviço, no qual, os estacionamentos estão inseridos, sofre grande queda segundo o IBGE de 1,5 % do PIB sofre o seu maior desvio desde 1990 início do governo Collor. O controle interno tem por finalidade sinalizar os fatores referente aos riscos e de fatores internos e externos que podem afetar a operação da empresa. Gomes cita ainda:

Grande parte das empresas passou a desenvolver-se em um contexto social e organizacional caracterizado por grande instabilidade, muito complexo e bastante hostil que passou a exigir um constante aperfeiçoamento dos sistemas de controle com vistas a enfrentar uma concorrência acirrada decorrente da globalização da economia.

Para aquelas organizações que estavam acostumadas a um contexto social relativamente estável, com rentabilidade assegurada e sem necessidade de utilizarem sistemas de planejamento e controle muito formalizados, essas mudanças tiveram um impacto significativo. (Gomes,1999. P. 21).

Com relação ao ambiente em que as empresas estão colocadas Chiavenato coloca:

Cada empresa esta sujeita a influencia e condições exteriores provindas do ambiente, independentemente das influencias e condições interiores provocadas por cada tarefa e seu ramo de atividade e pela tecnologia que utiliza para realizar sua tarefa. (Chiavenato, 2000. P. 89).

Alguns dos mais recorrentes riscos que podem atingir o setor de serviços de estacionamentos, como citados acima, pode verificar que a empresa tem que não somente aceitar estes riscos, mas saber medir as oportunidades e até que

ponto os riscos podem influenciar, sendo riscos, que venham do ambiente interno e externo. Segue alguns dos riscos mais recorrentes entre as empresas de serviço.

3.7.4 Riscos e Análise Ambiental

Esse risco força a empresa a capacitar e verificar o seu serviço de forma mais eficaz e fazer uma forte análise interna de como esta atuando no mercado.

Chiavenato, apud, Porter, cita esta ameaça:

Outras empresas podem ingressar no setor de negócios os novos entrantes e trazer ameaças às empresas já nele radicadas por trazer capacidade de produção adicional, forçando as demais a serem mais eficazes e aprenderem a concorrer em novas dimensões. (Chiavenato, 2000, P. 152).

Para tanto as corporações em específico no setor de serviço, devem criar barreiras o Chiavenato, apud, Porte cita ainda a diferenciação de produtos.

“As empresas existentes diferenciam o produto para torna-lo único e exclusivo e para que o cliente o valorize mais. O novo entrante precisa alocar muitos recursos para superar a fidelidade do cliente.”

A COSO reforça os riscos devem ser avaliados da seguinte da seguinte forma:

“Toda entidade enfrenta vários riscos de origem tanto interna quanto externa. Define-se risco como a possibilidade de um evento ocorra e afete adversamente a realização do objetivo. A avaliação de riscos envolve um processo dinâmico e iterativo para identificar e avaliar os riscos à realização do objetivo. Esses riscos de não atingir os objetivos em toda a entidade são considerados em relação às tolerâncias aos riscos estabelecidos. Dessa forma, a avaliação de riscos estabelece a base para determinar a maneira como os riscos serão gerenciados.”

3.7.5 Riscos de Mercado

A forma com que a empresa encara os seus concorrentes e como medir a intensidade em que estratégia que eles estão seguindo e se aprofundar no que o mercado busca são fatores que Porter cita como influencias, aput, Chiavenato (2000):

- Concorrentes numerosos ou equilibrados entre si;
- Crescimento lento do setor;
- Custo fixo elevados;
- Capacidade de produção aumentada;
- Concorrentes divergentes em termos de metas e estratégias;
- Apostas estratégicas elevadas.

Essas avaliações devem ser feitas de forma constantes em decorrências da mudança dos cenários que apresentam uma economia instável. Deve se considerar aos riscos estabelecidos e como aceitar e cabe a empresa implantar ferramentas para que possa se medir esses riscos e minimizar ao máximo as possibilidades de fraudes dentro da empresa.

4 A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS EM ESTACIONAMENTOS

As grandes empresas possuem sistemas de controles internos bem definidos e aprimorados, pois entende a necessidade de ter estas ferramentas para salvaguardar o patrimônio e os objetivos da corporação.

A eficiência da empresa e a competitividade para o mercado são aspectos de suma importância, sendo os controles internos um grande auxiliador na gestão, pois formaliza os setores e obtendo assim, um segmento de segurança na realização das atividades.

As empresas independente do segmento que esta inserido devem definir as rotinas internas, sendo os manuais e treinamentos, nos quais, compreendem formulários internos, visando assim , maior agilidade e facilitando o entendimento dos envolvidos nos processos e nos setores. Os instrumentos de controles internos devem ser bem analisados, para que não tenham, violações, neste aspecto é importante ressaltas os controles dos riscos, dando maior credibilidade aos processos e que todos os envolvidos estejam direcionados nos objetivos e de todos os profissionais envolvidos. Veja o que o COSO (2013) diz a respeito;

- *Conduzido para atingir objetivos* em uma ou mais categorias operacional divulgação e conformidade.
- *Um processo* que consiste em tarefas e atividades contínuas – um meio para um fim.
- *Realizado por pessoas* – não se trata simplesmente de um manual de políticas e procedimentos, sistemas e formulários, mas diz respeito a pessoas e às ações que elas tomam em cada nível da organização para realizar o controle interno.
- *Capaz de proporcionar segurança razoável* - mas não absoluta, para a estrutura de governança e alta administração de uma entidade.
- *Adaptável à estrutura da entidade* – flexível na aplicação para toda a entidade ou para uma subsidiária, divisão, unidade operacional ou processo de negócio em particular.
- Essa definição é intencionalmente abrangente. Ela captura - conceitos importantes que são fundamentais para a forma como as organizações desenvolvem, implementam e conduz o controle interno, proporcionando uma base para aplicação a todas as organizações que

operam em diferentes estruturas de entidades, indústrias e regiões geográficas. COSO (2013)

Com tantas ameaças que os estacionamento vêm passando neste momento o aprimoramento dos controles internos, vão contribuir para o bom andamento das operações realizadas pela empresa. A empresa estudada busca implantar controles simples, mas seguros para uma operação de estacionamento, segundo a COSO 2013;

‘O controle interno não é um processo em série, mas sim um processo dinâmico e integrado. A *Estrutura* aplica-se a todas as entidades de grande, médio e pequenos portes, com e sem fins lucrativos, além de órgãos governamentais. Cada organização, entretanto, pode escolher implementar o controle interno de forma diferente. Por exemplo, o sistema de controle interno de uma entidade de pequeno porte pode ser menos formal e estruturado, mas ainda ser eficaz’. COSO (2013).

Após verificação dos documentos que a empresa tem para fazer controles dos pagamentos nos caixas dos estabelecimentos, foi feito como cita o COSO 2013 uma análise do ambiente de controle se seguiu as recomendações abaixo;

- A organização demonstra ter comprometimento com a integridade e os valores éticos.
- A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno.
- A administração estabelece, com a suspensão da estrutura de governança, as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos.
- A organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos.
- A organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.

Baseando-se nas bases do cubo de COSO (2013), a corporação passou a se preocupar como avaliar os riscos com os conceitos abaixo;

- A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos.
- A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados.
- A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos.
- A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.

O próximo passo seguido foi entender a atividade de controle como cita o COSO 2013;

- A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos.
- A organização seleciona e desenvolve atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.
- A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas. COSO (2013)

A informação e comunicação são de suma importância para o sucesso e direcionamento dos controles internos como avaliados e indicados pelo COSO (2013);

- A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno.
- A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno, inclusive os objetivos e responsabilidades pelo controle.
- A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno. COSO (2013).
-

Para a COSO (2013) os conceitos de atividades de monitoramento pode antecipar problemas com os controles implantados, bem andamento do seu funcionamento;

- A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno.
- A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, conforme aplicável. COSO (2013).

Acredita-se que somente viabilizando um ambiente organizado pelo que fora citado acima pode-se ter um sistema de controle interno eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou a agregar os principais conceitos acerca do tema controles internos às necessidades dos estacionamento assim conseguem-se afirmar que o controle interno representa uma fonte relevante de informação e suporte para as decisões dos gestores em estacionamento.

A base de revisão bibliográfica, pela qual se construiu o trabalho monográfico, objetivava: evidenciar a finalidade do controle interno em estacionamento; evitar os riscos, fraudes e a prevenção da manipulação de execução dos controles sendo possível verificar que o controle interno e sua base informativa representam elementos necessários ao processo decisório e à continuidade empresarial, baseando-se na literatura de controles disponível.

Ele é base essencial para que a administração possa medir o alcance dos objetivos e metas, e ter certeza de que as diretrizes fornecidas pela empresa estão sendo regularmente seguidas.

O gestor munido de um bom controle interno possui maior probabilidade de acertar continuamente o processo decisório e atingir a eficácia almejada da empresa: seja sobrevivência empresarial com agregação de valor ao negócio.

O controle interno possui relevância para o processo de gestão das empresas por sua contribuição informativa que colabora para a gestão dos estacionamento em estudo, verifica-se que a implantação de um modelo prático contribui para a segurança, confiabilidade e conformidade dos dados.

O risco operacional e variável que o envolvem já estão muito presentes nos estacionamento, por motivo da rotatividade dos colaboradores envolvidos, mas cabe a empresa gerar uma forte cultura interna com relação à importância dos controles. Por isso, há algumas dificuldades para seu gerenciamento, a começar pela mensuração. Fica difícil de medir matematicamente os riscos aos qual a empresa está exposta quando não preparada através de instrumentos de controle interno e gestão de riscos.

Fica claro que controles internos, vão além dos limites contábeis e deixar exposta a empresa sem esses controles podem interferir no caminho que a corporação esta buscando que é o de se consolidar no mercado, que cada dia mais

fica competitivo e de como essas ferramentas devem interferir nas boas praticas e segurança do patrimônio da empresa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FAVERO, Hamilton Luiz; et al. Contabilidade: Teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional. São Paulo: Atlas, 2007. OLIVEIRA, L. M.; JR PEREZ, J. H.; SILVA, C. A. dos S. Controladoria Estratégica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005. LISBOA, IBRAIM, Auditoria Interna: Como ferramenta de gestão, Curitiba, 2010. Disponível em: reimpr. São Paulo : Atals, 2010.

ALMEIDA, V. E. de ; COLAUTO, R. D. ; COSTA, M. C. . Institucionalização do Balanced Scorecard: O caso de uma organização brasileira. Revista Ambiente Contábil , v. 8, p. 93-114, 2016.

COMITE DE COSO. Pronunciamento Conceitual Básico. Disponível em: http://www.iiabrasil.org.br/new/2013/.../coso/COSO_ICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf.

DRUKER, Peter; et 4. Contabilidade: Introdução a Administração. 4. ed. São Paulo: Pioneiro, 2006.

IBRACON-INTITUTO- Controles Internos contábeis e alguns aspectos de auditoria. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SOUZA, Luiz Carlos de. Contabilidade ao Alcance de todos. 2. Ed. Juruá: Curitiba, 2002.

GIL, Antônio de Loureiro. Auditoria Operacional e de gestão: contabilidade empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis : contabilidade empresarial. 5 ed. 2. reimpr. São Paulo : Atals, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração.4. ed. Totalmente revisada. e atual. São Paulo: Manole, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís: et al. Análise das demonstrações financeiras. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo : Thomson Learning, 2007.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. Metodologia da pesquisa à contabilidade: orientações de estudos, projetos,relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

GOMES, Josir Simione. Controle de Gestão. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

<https://www.detran.pr.gov.br>

<https://www.ibge.gov.br/>

ANEXOS

Art. 1º Os espaços destinados a estacionamento ou garagens de veículos podem ser:

I - privativos quando se destinarem a um só usuário, família, estabelecimento comercial ou condomínio, constituindo dependência para uso exclusivo da edificação;

II - coletivos, quando se destinarem à exploração comercial.

Art. 2º É obrigatório a reserva de espaços destinados a estacionamento ou garagem de veículos vinculados às atividades das edificações, com área e/ou respectivo número de vagas, calculados de acordo com o tipo de ocupação do imóvel e conforme o disposto no regulamento de edificações, à exceção de outras determinações da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 1º As vagas de estacionamento poderão ser cobertas ou descobertas.

§ 2º Deverão ser reservadas vagas de veículos para idosos, nos edifícios de usos não habitacionais, as quais deverão estar devidamente identificadas para este fim, próximas da entrada da edificação e obedecendo à proporção de 5% das vagas normais de acordo com a legislação federal.

§ 3º Deverão ser reservadas vagas de veículos para pessoas com deficiência, próximas da entrada das edificações de usos não habitacionais, devidamente identificadas para este fim, com largura mínima de 3,50m e obedecendo à seguinte proporção:

I - de 1 a 100 vagas = 1 vaga para cada 25 vagas mínimas necessárias;

II - de 101 a 300 vagas = 4 vagas e mais 1 vaga para cada 50 vagas mínimas necessárias;

III - de 301 a 450 vagas = 7 vagas e mais 1 vaga para cada 100 vagas ou fração;

IV - acima de 450 vagas, no mínimo, 2% da quantidade de vagas.

Art. 3º As atividades novas, desenvolvidas em edificações já existentes, de uso diferente do pretendido, também estarão sujeitas ao disposto neste artigo.

Art. 4º Na área destinada a estacionamento, conforme o disposto no regulamento de edificações deverá ser comprovado o número de vagas, atendidos os seguintes padrões:

I - para habitações unifamiliares e habitações unifamiliares em série, cada vaga deverá ter dimensões mínimas de 2,20m de largura por 4,50m de comprimento;

II - a vaga para pessoas com deficiência deverá ter dimensões mínimas de 3,50m de largura por 5,00m de comprimento ou poderá possuir dimensões de vaga normal, desde que seja possível efetuar a abertura da porta sobre a circulação ou recuo;

III - as demais vagas (normais) deverão ter as dimensões mínimas de 2,40m de largura por 5,00m de comprimento;

IV - todas as vagas deverão ser livres de colunas e qualquer outro obstáculo;

V - os corredores de circulação deverão ter as seguintes larguras mínimas de acordo com o ângulo formado em relação às vagas:

a) em paralelo = 3,00m;

b) ângulos até 30 graus = 2,50m;

c) ângulos entre 31 e 45 graus = 3,50m;

d) ângulos entre 46 e 90 graus = 5,00m;

§ 1º Nas garagens ou estacionamentos destinados aos edifícios de habitação coletiva, será admitido que até 30% do total das vagas tenham dimensões mínimas de 2,20m de largura por 4,50m de comprimento.

§ 2º Nas garagens ou estacionamentos destinados aos usos não residenciais, será admitido que até 30% do total das vagas tenham dimensões mínimas de 2,40m de largura por 4,50m de comprimento.

Art. 5º Os acessos aos estacionamentos deverão atender as seguintes exigências:

I - circulação independente para veículos e pedestres;

II - largura mínima de 3,00m para acessos em mão única e 5,00m para acessos em mão dupla até o máximo de 7,20m de largura na faixa do recuo frontal;

III - o rebaixamento no meio-fio, para a entrada e saída de veículos, poderá ter a largura do acesso da edificação mais 25%, até o máximo de 7,20m, exceto para comércio e serviço geral e indústria, onde poderá ser aceito o máximo de 15,00m;

IV - para estacionamentos que possuam acessos em mão dupla e rampas contíguas de 5,00m cada uma, será permitida guia rebaixada de 10,00m, bem como a circulação sobre a faixa do recuo em igual extensão, desde que a testada do imóvel possua no mínimo 20,00m;

V - para habitações unifamiliares, a guia rebaixada não poderá ultrapassar a metade da testada do lote ou do sublote;

VI - para testadas com mais de um acesso, o intervalo entre as guias rebaixadas não poderá ser menor que 5,00m, exceto para residências e residências em série paralelas ao alinhamento predial, onde poderá ser aceito intervalo com 3,00m;

VII - obedecer à distância mínima de 5,00m do encontro dos alinhamentos prediais na esquina para habitações unifamiliares e habitações unifamiliares em série;

VIII - obedecer à distância mínima de 10,00m do encontro dos alinhamentos prediais na esquina para os demais usos, exceto quando se tratar de garagem ou estacionamento com área superior a 2.000,00m², quando esta distância passa a ser de 25,00m;

IX - obedecer a um ângulo de 90° em relação ao meio-fio, quando cruzar a área de passeio, exceto em postos de combustíveis.

Parágrafo único. Garagens ou estacionamentos, com capacidade superior a 30 vagas, deverão ter acesso e saída independentes ou em mão dupla, exceto para habitação coletiva, onde a exigência de mão dupla será para estacionamentos com capacidade superior a 60 vagas.

Art. 6º É vedada a utilização do recuo obrigatório do alinhamento predial para estacionamento coberto, descoberto ou subsolo, exceto quando se tratar de:

I - estacionamento descoberto vinculado à edificação destinada a comércio e serviço geral ou indústria e que apresente recuo frontal mínimo do alinhamento predial de 15,00m;

II - garagem com largura máxima de 3,50m, em terreno acidentado ocupado por habitação unifamiliar e que apresente um acríve mínimo de 75% em toda a extensão da testada, contado do alinhamento predial até o recuo obrigatório ou que apresente cota mínima contínua de 2,20m no alinhamento predial.

Art. 7º Garagens ou estacionamentos em subsolo, constituídos de um ou mais pavimentos enterrados, serão considerados como área não computável e poderão ocupar toda a área do terreno, excluídas as áreas de recuo e de permeabilidade, exceto nos zoneamentos onde se aplica legislação específica.

Art. 8º Quando o acesso à garagem ou ao estacionamento necessitar de rampa, deverá ser previsto um trecho em nível, iniciando-se no alinhamento predial, conforme estabelecido a seguir:

I - residências isoladas: facultado;

II - residências em série paralelas ao alinhamento predial: mínimo de 1,50m;

III - demais usos: mínimo de 3,50m.

Art. 9º Os estacionamentos coletivos ou edifícios-garagem deverão dispor de uma área de acumulação - canaleta de espera - junto à sua entrada, no nível do logradouro e calculada de acordo com a tabela abaixo:

Área de estacionamento	Comprimento da canaleta de espera	Número mínimo de canaletas
Até 1000,00m ²	10,00m	01
De 1.001,00m ² a 2.000,00m ²	15,00m	01
De 2.001,00m ² a 5.000,00m ²	20,00m	02

5.001,00m ² ou mais	25,00m	02
--------------------------------	--------	----

§ 1º A largura mínima da área de acumulação - canaleta de espera - deverá ser de 3,00m para acessos em mão única e 5,00m para acessos em mão dupla.

§ 2º A guarita de controle deverá localizar-se no final da canaleta de espera.

§ 3º A área de acumulação dos veículos não será computada como área de estacionamento.

§ 4º Os acessos de veículos deverão possuir sinalização de advertência para os pedestres.

Art. 10. Para análise dos espaços destinados ao estacionamento deverá ser apresentada a planta da área ou do pavimento com a demarcação das guias rebaixadas, acessos, corredores de circulação, rampas, espaços de manobra e vagas individualizadas, de acordo com o disposto neste decreto.

Parágrafo único. Para comércio e serviço geral ou indústria, deverão ser demarcadas somente as vagas destinadas a idosos, pessoas com deficiência e área administrativa, auxiliar e social da indústria. Fica facultada a demarcação das demais vagas sendo que, para efeitos de cálculo, deverá ser delimitada uma área de estacionamento, obedecendo-se à proporção de 25,00m² por vaga necessária, já incluídos os acessos, circulação e espaços de manobra.

Art. 11. Garagens ou estacionamentos para veículos de grande porte estarão sujeitos à análise específica.

Art. 12. Para projetos em trâmite, com base na legislação anteriormente vigente, fica estabelecido o prazo máximo de 180 dias para a sua aprovação.

Art. 13. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 14. Fica revogado o Decreto Municipal nº 582, de 14 de dezembro 1990.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, 15 de julho de 2013.

Gustavo Bonato Fruet: Prefeito Municipal

Reginaldo Luiz dos Santos Cordeiro: Secretário Municipal do Urbanismo